



O QUE FAZER COM OS *BUGRES*? DISCURSOS SOBRE A CIVILIZAÇÃO E A CATEQUESE DOS *KAINGANG* NO RIO GRANDE DO SUL DO SÉCULO XIX

Ana Lúcia Vulfe Nötzold

Professora do Programa de Pós-Graduação em

História da Universidade Federal de Santa Catarina;

coordenadora do Laboratório de História Indígena – Labhin/UFSC.

Sandor Fernando Bringmann

Mestrando em História da UFSC;

pesquisador assistente do Labhin/UFSC

RESUMO

Este artigo tem por objetivo, revelar certos aspectos ainda pouco estudados no contexto historiográfico do Rio Grande do Sul, referente à representatividade dos discursos das autoridades provinciais frente ao processo de “civilização” e catequese dos *Kaingang*, habitantes das regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul em momento de intensa entrada de imigrantes europeus e expansão do modelo capitalista de produção agrícola. Em nossa análise dos documentos e textos do século XIX sobre a questão indígena, foi possível identificar, em um primeiro momento, que a representação hegemônica sobre o *Kaingang* oscilou entre a visão de “selvagens, indolentes e ferozes” e “entes errantes à espera da luz do cristianismo.” tais estereótipos vão influenciar sobremaneira as ações do governo provincial, ora para pacificar os indígenas através das estratégias de atração, ora para controlar a força suas insubordinações.



Palavras-chave: Kaingang, Discursos, Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This article aims to reveal some aspects still poorly studied in the historiographical context of Rio Grande do Sul, on what refers of the representation of the speeches from the provincial authorities regarding the process of "civilization" and catechesis of the *Kaingang*, habitant of the north and northeast side of this State, in moment of intense arrival of european immigrants and expansion of the capitalist model of agricultural production. Our review of documents and texts of the nineteenth century about the indigenous issue, it was possible to identify at first, that the hegemonic representation on the *Kaingang* oscillated between the vision of "wild, indolent and ferocious" and "wandering persons waiting for the light of Christianity." such stereotypes will influence the actions of the provincial government, sometimes to pacify the indigenes through strategies for attraction, sometimes to control by strength their insubordination.

Keywords: *Kaingang*, Speeches, Rio Grande do Sul.

Introdução

A política de ocupação das áreas “devolutas” da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul está inserida no contexto da ação das frentes de expansão da sociedade nacional pelo interior do Brasil. As frentes vão agir como elemento modernizador e civilizador dos rincões do Império no início do século XIX. Dessa forma, são intensificados os trabalhos de abertura de estradas, o estabelecimento de fazendas de criação e de produção agrícola, além do incentivo à imigração europeia. Ao mesmo tempo, projetos como os de catequese e civilização avançam de forma incisiva sobre os territórios indígenas da província.



A invasão e a subsequente devastação das florestas que serviam de abrigo e fonte de alimentos para as populações indígenas, tornaram inevitável o contato entre estas e sociedade nacional em expansão. As terras distribuídas aos colonizadores como áreas devolutas, há milênios já eram ocupadas por sociedades indígenas. Dessa maneira, coube “ao poder público intervir no sentido de aldear o índio e defender o colono que é o gerador de riquezas” (NONNENMACHER, 2000: 15), enquanto o “bugre”, “preguiçoso” e “rebelde” por natureza, deveria ser combatido e aldeado para que não ameaçasse os lotes coloniais.⁶

Considerando conjuntamente os discursos dos agentes representantes do governo da província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1846 -1860), buscamos mostrar qual a visibilidade que o projeto de aldeamentos alcançou em termos político, social e religioso, em um cenário onde as condições históricas tornaram-se completamente desfavoráveis às populações nativas, as quais, há tempos vinham sofrendo uma tentativa de apagamento de sua identidade cultural e, principalmente, populacional.

Nesta perspectiva, investigamos os escritos oficiais e não oficiais das autoridades provinciais (relatórios, cartas, ofícios), com a finalidade de trazer à tona as práticas discursivas destes representantes da sociedade nacional sobre a sociedade *Kaingang* do Rio Grande do Sul, verificando as suas consequências para a trajetória histórica destes indígenas. Os textos aqui adotados enquanto discursos possuem dimensões e formas de funcionamento diferentes, contudo, amiúde convergem para uma única direção, levar o indígena à redução e inclusão na sociedade e costumes dos “civilizados”.

Grande parte das informações utilizadas neste artigo provém de relatos de contemporâneos aos eventos ocorridos. São textos produzidos por pessoas que deixaram suas informações através de relatórios, apontamentos, correspondências e outros escritos. Cabe lembrar, entretanto, que estas fontes de informação, em determinados momentos, foram compiladas e juntadas para a elaboração de novas fontes, na maior parte das vezes, de caráter mais informativo do que avaliativo. São poucas

⁶ Lembramos aqui que a palavra “bugre” foi usual para denominar os grupos indígenas em diversas partes do Brasil, geralmente para designar os grupos que mais resistência impunham aos projetos colonial e imperial de ocupação do território. Expressões como as referidas no parágrafo pontuado eram fartamente utilizadas pelas autoridades nas cartas e relatórios oficiais para referir-se à índole dos nativos, em uma clara tentativa de justificar a perseguição aos mesmos.



as publicações que se preocuparam em investigar a intencionalidade dos escritos, seu interdiscurso, seu papel enquanto formador de opinião frente à sociedade regional e as consequências destes discursos para os principais interessados, os *Kaingang*.

Este tipo de abordagem é bastante recorrente em obras de autores do século XIX e da primeira metade do século XX. Normalmente há uma insistência em perguntar apenas o que o texto diz, tornando preocupante seu desígnio enquanto produção de conhecimento. De acordo com Eni Orlandi, devemos nos preocupar não apenas com o que diz o texto, mas, principalmente: ao dizer algo, o que se pretende com isso (ORLANDI, 1990: 74). A autora alerta ainda para uma maior preocupação com a análise do conteúdo dos textos, porque os mesmos são resultado de um efeito ideológico discursivo, no qual ao evidenciar determinado fato como realidade inquestionável, constrói-se um imaginário generalizante (memória nacional) que pode trazer graves consequências aos agentes envolvidos. Portanto, tomar certos textos como documentos é já alinhar-se a uma interpretação dada da história, permitindo o silenciamento de determinados sujeitos em detrimento de outros (Ibid.: 75).

Para Orlandi, que estuda as dimensões históricas do apagamento do indígena na sociedade brasileira, é necessário entender alguns deslocamentos teóricos para compreender o funcionamento dos discursos, entre eles: “(...) *o lugar de argumentação, de enunciação, de constituição de identidade, relação de sentidos, etc.*” (Ibid.: 124). A autora reitera também que, os textos, compreendidos na constituição dos sentidos, atuam não somente como produtos da época, mas, principalmente, como “(...) *práticas constitutivas da cultura da época e do que hoje chamamos de ‘memória nacional’*” (ORLANDI, 1999: 46).

Neste sentido, Foucault já alertava sobre a necessidade de uma mudança no trabalho com os documentos. Deve-se considerar como tarefa primordial não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade, nem qual é o seu valor expressivo, mas sim, trabalhar em seu interior e reelaborá-lo (FOUCAULT, 1987: 7). Dessa forma, o documento não se torna uma matéria inerte, através do qual se tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, mas sim, constituir séries, descobrir o tipo de relações que permearam suas ações, formularem-lhes as leis, etc. (Ibid.: 8)

Esta perspectiva não constitui exatamente uma novidade na análise do contato dos indígenas com a sociedade nacional. Em linhas gerais, é possível dizer que há duas perspectivas de análise

dessa temática: uma que privilegia o foco no trabalho missionário e, outra, que adota como ponto de vista as formas pelas quais sociedades indígenas se apropriaram de palavras, mercadorias e rituais dos estrangeiros para construir sua própria história, situando os brancos e seus elementos em uma determinada visão de mundo, para, assim, construir novas relações sociais e reproduzir-se como sociedade (COLLEVATTI, 2009: 224). No arcabouço destas abordagens, está a tentativa de confrontar as narrativas acríticas, aceitas como a verdade histórica dos fatos, que contribuem para a negação do sujeito índio enquanto construtor de sua própria história, relegando ao mesmo um papel de mero coadjuvante no cenário histórico, no qual o mesmo passa a viver sempre em função dos mandos e desmandos da sociedade nacional.

Investigando a trajetória *Kaingang* a partir de um viés histórico-antropológico, entendido por nós como fundamental para pensar sobre os aspectos sócio-culturais do grupo, percebemos que com a intensificação do contato, os *Kaingang* praticaram suas incursões e correrias nas áreas habitadas pelos colonos e fazendeiros, com o objetivo de adquirir objetos utilitários, como machados, facas, vasilhas e embalagens, desconhecidos antes do contato, mas que logo após o mesmo, passaram a ter grande apreço entre os indígenas.

Entretanto, não poderíamos compreender este processo apenas sob o viés simplista da obtenção dos novos objetos. Entendemos este tipo de atitude dos *Kaingang*, também como uma forma de resistência ao avanço da sociedade nacional sobre o seu território. A partir do momento em que se tornam mais frequentes estas ações, aumentam o temor e o ódio com relação aos índios. Frente às investidas dos indígenas, as autoridades regionais passam a exigir do governo medidas para acabar com o perigo que os cercava naqueles rincões. Dessa forma, começa a ser construído o cenário dos conflitos.

Os discursos do governo provincial

A resistência *Kaingang* à invasão do território suscitou discussões acaloradas nos gabinetes provinciais e tornou-se tema frequente das correspondências dos diretores de aldeamentos, missionários jesuítas com o governo. Ao longo de nossa pesquisa, procuramos identificar os elementos discursivos existentes na documentação, observando o seu conteúdo, o contexto de sua



criação e reprodução, assim como, procuramos evidenciar para quais interesses convergiam nas diferentes ocasiões.

A ideia de um índio pérfido e violento povoou sobremaneira o imaginário da população “civilizada” habitante nas áreas de colonização e, inclusive, dos que estavam longe, nas cidades e vilas distantes, já que estes também eram informados sobre as ações dos “bugres”. Tais formações discursivas contribuíram para a intensificação dos planos de assimilação dos povos indígenas da província.

Ao nos referirmos aos discursos do governo provincial, esclarecemos que estão neles incluídos os ofícios e relatórios dos seus agentes estabelecidos nos distritos, vilas e aldeias indígenas. Estes agentes ocupam diversos cargos públicos, atuando como diretores de aldeamento, subdelegados, militares, agrimensores, entre outros. São exatamente estas pessoas que levam às autoridades da capital, informações sobre os eventos envolvendo os indígenas nas colônias e nos aldeamentos. Cabe lembrar ainda, que estes discursos desenvolvem sentidos na direção do colonizador para o colonizado, onde, acima de tudo, “(...) não é o de fora que é o inimigo, ele não é um invasor, é um descobridor” (Ibid.: 238). Este aspecto tende a destituir das ações indígenas o caráter de resistência, instituindo que o movimento de confronto com o colonizador é apenas rebeldia.

Dessa maneira, começamos nossa análise por um trecho do ofício citado anteriormente, escrito pelo subdelegado do Distrito de Passo Fundo, Joaquim Fagundes dos Reis e endereçado ao Diretor Geral dos Índios, o Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves. Descrevendo seus esforços e de seus subordinados na tarefa de atrair os *Kaingang* para o aldeamento, Reis relata que seus homens muitas vezes sacrificavam suas vidas para encaminhar as “hordas” de índios aos aldeamentos e à catequese. Apesar disso, orgulha-se em poder levar segurança às populações da Freguesia de Passo Fundo e região, constantemente ameaçadas pelas incursões dos indígenas. Para o subdelegado, tornava-se fundamental garantir “(...) a tranqüilidade dos habitantes do mesmo, ao passo que submetem-se aquelas entes errantes ao círculo social dos Humanos” (OFÍCIO 19-05-1848).

Chamamos a atenção para este último pormenor, observando que Reis nega aos indígenas a condição de humanidade. Podemos considerar este argumento sob três aspectos distintos: 1º - pode ter havido uma exacerbação do referido subdelegado, em uma tentativa de impressionar as



autoridades sobre o grau de dificuldade do seu trabalho; 2º - há uma “ignorância terminológica” na construção da frase que o fez construir um sentido involuntário na mesma e 3º - quiçá a mais plausível, pode ter decorrido da influência do contexto sócio-histórico do autor.

A negação da condição humana dos indígenas foi bastante corriqueira no século XVI, quando os missionários demonstravam perplexidade devido à “incapacidade” dos nativos em manter os ensinamentos, após aparentemente tê-los aceitado plenamente. Se pensarmos que para o século XIX esta percepção já estava superada, acabamos desprezando os mecanismos de manutenção dos fenômenos coletivos que se perpetuam através da transmissão ou imposição das ideologias. Não temos informações mais concretas sobre Reis, porém, podemos inferir certa influência cotidiana do que ele ouvia ou lia a respeito dos indígenas. Nesta ótica, José D’Assunção Barros é muito claro quando explica que:

Todo texto é produzido em um lugar que é definido não apenas por um autor, pelo seu estilo e pela história de vida deste autor, mas principalmente por uma sociedade que o envolve, pelas dimensões desta sociedade que penetram no autor, e através dele no texto, sem que disto ele se aperceba. Uma época, uma sociedade, um ambiente social (rural, urbano), uma Instituição, uma rede de outros textos às quais o autor deverá se conformar, as regras de uma determinada prática discursiva ou literária, as características do gênero literário em que se inscreve o texto – tudo isto constrange o autor que escreve o texto, deixando nele suas marcas, a princípio indeléveis, mas que devem ser pacientemente decifradas pelos historiadores e outros analistas de textos. (BARROS, 2005: 133).

Refletindo sobre a sociedade do período, imaginamos que a concepção geral não deveria diferir muito do que pensava o subdelegado Reis. As investidas dos *Kaingang* contra os moradores da região, as quais muitas vezes culminavam em mortes e sequestros de pessoas, contribuíam para a ratificação do status animalesco dos indígenas. Além disso, os *Kaingang* sempre foram vistos como



um obstáculo ao avanço da colonização, sua saída daquelas terras tornava-se imperiosa para o sucesso do empreendimento, não interessando de que forma seriam tirados daquele território. A população geralmente apoiava as ações repressivas do governo, pois o afastamento dos indígenas de seu território representava novos lotes para colonizar. Neste ínterim, além do discurso da ferocidade dos indígenas, percebe-se nos relatórios e ofícios governamentais, a representação do colono como o único capaz de render bons frutos para o progresso da província, através do seu trabalho. Tais discursos tendem a acentuar a inutilidade dos nativos para o desenvolvimento das regiões que estavam sendo colonizadas.

Referências sobre o caráter dos *Kaingang* eram bastante frequentes entre as autoridades provinciais, sobretudo quando os indígenas impunham resistência ao trabalho ou aos preceitos morais e valores impostos pelos diretores. O Brigadeiro Andrade Neves, figura de grande destaque nas diversas revoluções que participou, atuava em tempos de paz como Diretor Geral dos Índios da província.⁷ Era responsável pela organização e manutenção dos aldeamentos, os quais buscava dirigir com os mesmos princípios militares que comandava suas tropas. Tinha princípios bem definidos e não tolerava nenhum tipo de insubordinação de seus soldados, obviamente, não toleraria abusos de índios aldeados. O seu zelo militar pode ser verificado também em suas atitudes como diretor geral, conforme destacamos no trecho abaixo, quando se refere ao pouco ânimo dos índios pelo trabalho.

Desde que o governo tem tratado de tira-los das selvas para os civilizar, as experiências dos séculos tem mostrado que esta gente para se obter delles alguma cousa he preciso conserva-los como em tutella, pelo seu genio indolente e selvagem, habito adquirido desde sua infância, por isso convem ter hua força própria para os oprimir em seus excessos quando queirão por em pratica. (OFÍCIO 21/12/1849)

⁷ José Joaquim de Andrade Neves foi combatente legalista na Revolução Farroupilha, onde alcançou o título de tenente coronel. Atuou também na Guerra contra Rosas em 1851 e na Guerra do Paraguai, onde obteve inúmeras vitórias sobre o exército de Solano Lopez. Morreu em 1869 em decorrência de ferimentos sofridos na batalha de Potrero Marmoré.



Com longa experiência militar, Andrade Neves já previa tais dificuldades e o seu discurso revela muito bem qual o “remédio” para a indolência dos indígenas. Apesar disso, mesmo com seu prestígio, nem sempre teve atendidas suas reivindicações pelo governo provincial. O pedido de uma força militar para o aldeamento da Guarita, feito pelo diretor em 1849, parece não ter sido atendido, pois, em dezembro de 1850 o mesmo Andrade Neves remete ofício para o presidente Pedro Ferreira de Oliveira, onde reclama das condições do aldeamento e as medidas necessárias para seu melhoramento: “V. Ex^a verá a necessidade que há de conservar-se ali uma força para conter os índios (...) Por já haver estado n’aquelle lugar conheço essa necessidade e julgo que será de promptamente saptisfeito este pedido...” (OFICIO 07/12/1850).

Lembramos que as exigências por forças policiais nos aldeamentos foram temas constantemente presentes nos ofícios e correspondências dos diretores de aldeias, enviados aos presidentes da província, desde o início do projeto de aldeamentos. No aldeamento de Nonoai, no extremo norte da província, já atuavam as Companhias de Pedestres⁸, formadas em grande parte por praças da Guarda Nacional. Sua atuação não gerava os resultados esperados, pois os indígenas continuavam com seus atos de rebeldia tanto na aldeia, quanto em seus arredores.

Na aldeia de Guarita, localizada no noroeste da província, o pedido de implantação de uma força policial só foi atendido em 1851, isto porque, cansado da situação corrente, o diretor desta aldeia, José Joaquim de Oliveira, pede demissão do cargo, reclamando que “(...) hua vez que o aldeamento não pode prosperar sem haver força ali, além disso he hua falta de caridade o deixar-se tantas famílias deste Districto expostas ao bordão dos Selvagens, porque athe agora elles não conhecem quem lhes possa impor respeito e temor...” (OFÍCIO 28/09/1850).

⁸ As Companhias de Pedestres ou Forças de Pedestres atuaram na vigilância dos aldeamentos, visando impedir as pressões de índios arredios que resistiam ao confinamento. Os Pedestres atuaram também na perseguição aos indígenas que cometiam as correrias nas colônias e fazendas. Foram criadas ou mobilizadas em diversos momentos, como a Companhia de Pedestres de Passo Fundo, criada em 1846 para controlar os ataques indígenas nas áreas de colonização e a Companhia de Pedestres de Nonoai, criada em 1847 para defender os indígenas aldeados de ataques dos índios “bravos”. O corpo destas companhias contava muitas vezes com soldados da Guarda Nacional e mesmo de indígenas que recebiam soldos para atuar na perseguição e captura de outros indígenas.



Com a promessa do governo de instalação da Companhia de Pedestres naquele local, Oliveira acaba retornando ao cargo de diretor da Guarita, porém, mediante a condição de que fossem empregados os Pedestres em caráter de urgência, no que é finalmente atendido. Satisfeito com as medidas acatadas pelo governo provincial, Oliveira esclarece que “(...) *com as 50 praças em Nonohay, e as 30 aqui, terei de ver em pouco tempo prosperar os aldeamentos, e acabarem-se as correrias, e hostilidades, empregando-se os selvagens em serviços úteis para delle tirarem o sustento, e vistuario*” (OFICIO 11/03/1851).

Apesar de cumprir com o prometido, o governo provincial não concatenava completamente com a ideia; primeiro, devido aos gastos com pessoal, que já estavam muito mais altos que o programado para os aldeamentos e, segundo, porque o governo tinha em vista que a consolidação da civilização e catequese dos *Kaingang* era o maior objetivo dos aldeamentos, por isso, as autoridades julgavam que a presença de forças policiais nos mesmos, não constituiria vantagens significativas, acarretando apenas mais represálias da parte dos indígenas que resistiam em aldear-se.

Os relatórios dos governantes mostram que suas preocupações procediam. A implantação das forças policiais nos aldeamentos mostrou-se infrutífera, pois as mesmas não conseguiam intimidar as insurreições dos indígenas, que abandonavam os aldeamentos e os trabalhos quando lhes aprouvesse. O descompasso das iniciativas fez com que a posição de autoridades como o vice-presidente da província Patricio Corrêa da Câmara e o presidente Pedro Ferreira de Oliveira, agissem de formas extremas e distintas para com os indígenas. O primeiro, ao analisar os hábitos e o modo de viver dos *Kaingang*, conclui que os maus resultados da tentativa de civilizá-los, advêm do seu estilo de vida “(...) *ociosa e aventureira dos bosques*” (RELATÓRIO 02-10-1851: 11). Para que os mesmos aceitem e se sujeitem aos trabalhos regulares e constantes da “sociedade civilizada”, sugere que se tenha paciência, pois:

A história mostra que os povos caçadores são os últimos, entre os quaes tem a civilização estabelecido o seu império, e esta tem sido espontanea, lenta e gradual, e não devida aos esforços de Nações estranhas. É minha opinião pois que não nos empenhemos em obter por nós aquillo, que depende de outros, e do tempo. Deixem-se os Indios entregues a si, sejam tratados com bondade, mas não se fação



despesas quando não se pode ser generoso, para lhes levar as luzes, e os benefícios de uma civilização, que elles jamais aceitarão, quando a nossa população augmentar, e os indios circunscriptos a pequeno espaço sejam extinctos os recursos da caça, e com gostos novos e novas necessidades não tenham meios de as satisfazer, então a civilisação virá por si entre elles, e será vivificante, e duradoura. (Ibid.: 11)

O tempo, na ótica de Corrêa da Câmara, se encarregaria de levar aos *Kaingang* a transformação que os aldeamentos não conseguiam, nem com o trabalho, nem com a religião. A aspiração do vice-presidente da província, descrita em seu relatório para a Assembléia Legislativa Provincial, apresenta uma visão antagônica aos objetivos das companhias colonizadoras, que tinham pressa em liberar as áreas para ocupação dos imigrantes europeus e contrária também à perspectiva do próprio presidente Pedro Ferreira de Oliveira, para quem não havia esperanças de se conseguir benefícios com a civilização dos índios.

Não possuímos maiores informações sobre a trajetória ou o tipo de instrução que teve Corrêa da Câmara, o que com certeza nos auxiliaria a analisar suas influências políticas e ideológicas. O que podemos perceber, em um primeiro momento, é que suas ideias contrastam com os registros até então identificados nas falas e relatórios dos outros presidentes provinciais. Contudo, levando em consideração que existem espaços dissimulados que se escondem na documentação escrita, que contornam silêncios e falseamentos voluntariamente presentes nos textos (BARROS, op. cit: 130), podemos inferir que é possível que seu texto tenha sido construído exclusivamente para depreciar a atuação missionária dos jesuítas, que vinham tendo seu trabalho de catequização dos indígenas severamente criticados pela imprensa e autoridades da província.

Conforme mencionamos, quando confrontamos a mensagem presente nos textos de Corrêa da Câmara e Ferreira de Oliveira, percebemos um descompasso em suas ideias sobre o que fazer com os indígenas. Vejamos o que consta no relatório deste presidente sobre os *Kaingang*:



É a minha opinião que, sem perseguir os Índios, cumpre não satisfazer todos os seus caprichos. Tem-se despendido com elles grandes sommas, tem-se lutado com grandes difficuldades para aldeal-os e trazel-os ao gremio da civilisação, mas por ora não tem sido possível colher resultados vantajosos e menos ainda nutrir fundadas esperanças de um futuro melhor. De ordinário indolentes, não cuidão de trabalhar, nem reconhecem o benefício que recebem por se os conservar abrigados das intemperies do tempo e das estações, de alimentar-os melhor de que o são nas matas, e tirando-os da vida nomade e selvagem em que vivem para fazel-os compenetrarem-se dos úteis effeitos da sociabilidade e das vantagens da civilisação. Nada disso reconhecem, e não só reproduzem suas impertinentes exigências, como também as vezes prorompem em violencias funestas e que me obrigarão, assim como meus antecessores, a conservar alternativamente destacamentos de Polícia ou da Guarda Nacional em alguns desses aldeamentos para impedirem a repetição de scenas tão desagradáveis. Estas e outras considerações tem-me firmado na Idea de que o mais conveniente espediente a tomar-se é mandal-os tirar d'esses pontos em que se achão, e empregal-os convenientemete nos Arsenaes, na Marinha, ou em outras quasquer Estações publicas em que possão ser aproveitados os seus serviços. (RELATÓRIO 30-06-1851: 10-11)

Diferentemente de Corrêa da Câmara, Ferreira de Oliveira pretendia aproveitar os contingentes de indígenas, irreductíveis ao “sedentarismo” dos aldeamentos. Sendo um militar de carreira e com uma guerra prestes a explodir na região do Prata⁹, o presidente não vê melhor opção para a questão dos indígenas, do que mandá-los para sentar praça como milicianos ou marinheiros. Percebe-se no discurso do presidente, que através de uma simples resolução, ele pretende resolver

⁹ Trata-se da denominada Guerra do Prata, entre Brasil, Argentina e Uruguai, também conhecida como Guerra contra Oribe e Rosas, ocorrida na metade do [século XIX](#). Esta guerra foi travada no Uruguai, Rio da Prata e nordeste argentino de [agosto de 1851](#) a [fevereiro de 1852](#), entre as forças da [Confederação Argentina](#), e as forças da aliança formada pelo [Império do Brasil](#), [Uruguai](#) e províncias rebeldes argentinas de [Entre Rios](#) e [Corrientes](#). Marca a disputa entre Argentina e Brasil pela influência no Uruguai e hegemonia na região do [Rio da Prata](#).



dois problemas de uma só vez. Por um lado retiraria dos aldeamentos os índios homens, que mais impunham dificuldades para o trabalho dos diretores e missionários. Por outro lado, engrossava as tropas que lutariam contra Rosas e Oribe, ainda que provavelmente os indígenas, assim como os negros, serviriam como “buchas de canhão” nas frentes de batalha.

Procurando maiores informações sobre a arregimentação de indígenas no Exército e na Guarda Nacional, encontramos apenas dois documentos que fazem referência a tal projeto. Como primeiro referencial, destacamos a correspondência do Diretor Geral Andrade Neves ao presidente da província, onde denuncia a atitude de alguns moradores da região de Nonoai, que, interessados em se apossar dos bons campos do aldeamento “(...) *tem incutido temor nos Índios, dizendo-lhes que o governo os quer domesticar e ao depois sentar-lhes praça na 1ª Linha*” (OFICIO 26-02-1851). Para acabar com as aspirações dos moradores, Andrade Neves solicita ao presidente que tome medidas urgentes, sugerindo inclusive “(...) *ordenar aos Delegados e Subdelegados que prendão e corrição aos indivíduos que vão aos aldeamentos com falsas notícias aterrar os Índios*” (Ibid.)

Como segunda referência, temos o relatório do Diretor Geral Interino dos Índios da Província¹⁰, no qual o mesmo se refere à organização de batalhões “voluntários” de índios, que aderiram à causa do Império, ao ponto que:

(...) já tomão os nossos inimigos como seus, e os dezejam aniquilar, tanto que os dous chefes da Guarita que forão a essa Corte com mais quarenta e dous se apresentarão e marcharão a reunir-se ao exercito, mais quando deserão a serra já o nosso estava no Estado Oriental, pelo que tiverão de voltar desgostozos por não terem parte nos feitos da Campanha, o mesmo aconteceo com os de Nonohay e Campo do Meio que apresentarão-se em número de duzentos, porém tiverão que esperar a ordem de marchar, o que não se efectuou pelo mesmo motivo (RELATÓRIO 29-12-1851: 4).

Pelo conteúdo dos documentos, é possível perceber certa ambiguidade nas informações. Enquanto o primeiro excerto demonstra a intranquilidade dos indígenas, com respeito ao

¹⁰ Como este documento não se encontra assinado, não foi possível identificar o nome de seu autor. Consta apenas que o mesmo substitui o Diretor Geral Andrade Neves, que participa da Campanha no Prata.



engajamento, seja na Guarda Nacional ou no Exército Imperial, o segundo aponta uma satisfação e “orgulho patriótico” dos chefes indígenas que reuniram seus homens para a luta. Como encontramos apenas estas duas referências sobre o envolvimento dos *Kaingang* nos conflitos militares no Rio Grande do Sul, consideramos prematuro tecer maiores comentários a respeito do processo. A participação de indígenas nas ações militares no sul do Brasil ainda é um tema obscuro, que necessita de estudos mais consistentes, que venham divulgar seu papel enquanto forças atuantes nas guerras do período imperial.

Com o passar dos anos e o fim dos conflitos externos nos quais acabou sendo envolvida a província, a questão indígena passa a ser um assunto mais destacado nos relatórios dos presidentes, enfocada principalmente quando ocorriam assaltos ou distúrbios envolvendo os indígenas. Justamente por isso, o governo vê a necessidade de intensificar a construção de novos locais para o confinamento dos indígenas que ainda “erravam” pelas matas da província.

Em 1853, o presidente Cansansão de Sinimbu ordena que seja construído um novo aldeamento para os *Kaingang* na região de Vacaria, solicitando que o mesmo fosse instalado “(...) *sobre terreno Nacional, e nunca em propriedades particulares, tendo em atenção a qualidade das terras para produção dos gêneros do lugar, e especialmente os que servem de alimentação como milho, feijão e batatas (...)*” (OFÍCIO 19-03-1853).

Pelo que indicam os diretores, os aldeamentos já existentes encontravam-se em péssimo estado no ano de 1853. Os motivos para que não houvesse progresso nos aldeamentos de Nonoai e Guarita, apesar dos esforços para que isso acontecesse, são enumerados no relatório apresentado pelo presidente Sinimbu à Assembléia Legislativa daquele ano. De acordo com o presidente, as três principais causas do repúdio dos índios aos aldeamentos seriam: “(...) *a falta de residência permanente do diretor no aldeamento, a conservação das influências parciais dos diversos caciques, e as intrigas adrede espalhadas entre os indígenas por alguns posseiros com o fim de se apoderarem daquelles belíssimos campos (...)*” (RELATÓRIO 06-10-1853. p. 26).

Vamos considerar o malogro dos aldeamentos através destes três apontamentos citados pelo presidente Sinimbu. Primeiramente, a não permanência de diretores nos aldeamentos, deveu-se, em parte, pela falta de pagamento de ordenados para os mesmos. Evidenciamos este fato nas frequentes reclamações por pagamento de soldos atrasados por parte dos diretores. Por outro lado, como já



referimos anteriormente, as exigências dos diretores para que se mantivessem praças nos aldeamentos, pode ser um indicativo de que não vislumbravam segurança suficiente para permanecerem nos mesmos, salvo exceções.¹¹

Refletindo sobre as dificuldades de encontrar quem se encarregue dos aldeamentos para levar as “vantagens civilizatórias” aos indígenas, o presidente desabafa, mencionando que: “(...) *infelizmente forão-se esses tempos em que o christão, contando os degraos da salvação pelo numero de almas que convertia a fé da Cruz, exilava-se da sociedade para entregar-se no deserto à conversão dos indígenas*” (RELATÓRIO 06-10-1853: 26). É possível perceber também, na fala do presidente Sinimbu, a relação do mau andamento dos aldeamentos com a retirada dos missionários jesuítas, os quais em 1852 deixam de comandá-los, por decisão da Assembléia Legislativa.

Com relação à manutenção das influências dos caciques, vimos que a lógica do governo não previa distinção entre os grupos instalados nos aldeamentos. Por isso, em 1853 estavam instalados em Nonoai um total de 340 indígenas, comandados por cinco diferentes caciques: *Nonohay* com 170, *Pedro Nicofé* com 70, *Voton* com 25, *Nicafim* com 50 e *Francisco* com 25. (Ibid.) As rivalidades históricas entre os grupos foram ignoradas (talvez propositalmente), ocasionando muitas revoltas internas, o que culminou na retirada de alguns destes líderes para as matas, onde conseqüentemente voltavam a cometer atos hostis contra os colonizadores.

O presidente Sinimbu, ao referir-se aos posseiros e às intrigas por eles espalhadas entre os indígenas, o faz porque muitas das evasões eram motivadas também por estes agentes externos. Muitos deles, por interesse pessoal, mantinham contato pacífico dissimulado com os *Kaingang*, empregando alguns em suas propriedades e mantendo relações de escambo de produtos e ferramentas por algum trabalho dos indígenas. Naturalmente, alguns indivíduos se aproximavam dos

¹¹ A exceção de que falamos diz respeito ao Diretor José Joaquim de Oliveira. Pelo que percebemos, o diretor mantinha um bom relacionamento com os *Kaingang* da Guarita, que lhe demonstravam respeito e dedicação nos trabalhos. Por isso, quando este pediu sua demissão, em 1850, Andrade Neves escreve ao presidente da província afirmando que “(...) *este homem faz muita falta ali, porque foi quem organizou o dito Aldeamento, e que muitos sacrificios fez em prol do mesmo, por isso talvez V. Ex^a. officiando-lhe e mandando-lhe passar Diploma de Director, elle continue, que eu de muito pronto insistirei para que elle continue, porque não vejo quem o substitua e os índios já estão acostumados com elle e a quem obedecem*” (OFÍCIO 16-03-1850).



indígenas para enganá-los e tomar as terras em que estavam instalados. Nesse período, eram já freqüentes as invasões das áreas indígenas delimitadas, o que causava grande preocupação entre as autoridades provinciais, que viam nestas atitudes um grave entrave aos objetivos do projeto, tanto que medidas extremas acabaram sendo decretadas pelo presidente Sinimbu:

(...) esses limites do aldeamento farei respeitar contra a invasão dos intrusos, que são os maiores adversários dos estabelecimentos [...] Ihe fazem mais cruenta oposição, seduzindo os Indios, para se não reunirem, fazendo-os suspeitar mal do zelo que dispensamos em proporcionar-lhes os commodos e vantagens da vida civilisada (RELATÓRIO 2-10-1854: 31).

Além de serem induzidos a acreditar nas más intenções do governo, muitos indígenas acabavam sendo contratados pelos fazendeiros da região para atacar seus “desafetos”. Por esse motivo, o diretor Oliveira vai pedir que se combatam estas situações, sob “(...) *pena de serem presos todos aquelles que agasalharem Indios em seos campos, ou Mattos serem processados pelos Subdelegados, impondo-se-lhes as penas que a Presidência julgar com maior ligação ao nosso código*” (OFÍCIO 31-12-1854). Quanto aos indígenas que insistiam em perambular pelas matas, revela ao diretor geral que, *tendo “(...) procurado todos os meios brandos e consiliatorios para chamar aos Indios ao centro do Aldeamento, e como isso não tem sido possível, não há outro meio senão energia, e energia forte”* (Ibid.)

Nestes três obstáculos para a manutenção dos *Kaingang* nos aldeamentos, observamos que as estratégias definidas para “convencimento” dos indígenas resistentes, são colocadas de forma impositiva e enérgica, como fica claro no discurso de Oliveira. Não há espaço nesta relação para pensar em como as mudanças perpetradas pelas novas concepções de habitação, alimentação e modo de viver, influenciariam na atitude dos indígenas. Entendemos esta atitude das autoridades, como uma forma de imposição e manutenção de poder, as quais tendem sempre a gerar conflitos pela constante tentativa de infligir novos valores à sociedade *Kaingang*.



A partir do momento em que há uma rejeição explícita dos *Kaingang* à assimilação das ideias e valores do grupo dominante, são geradas turbulências sociais, que tendem a se agravar caso não se tomem medidas enérgicas por parte de quem deseja manter o controle das ações. É fundamentalmente isso que ilustra James Scott, quando se refere à resistência de segmentos dominados das sociedades ao discurso político que tenta inculcar sua vontade de poder. De acordo com Scott:

Las relaciones de poder son, también, relaciones de resistencia. Una vez establecida, la dominación no persiste por su propia inercia. Su ejercicio produce fricciones en la medida en que recurre al uso del poder para extraerles trabajo, bienes, servicios e impuestos a los dominados em contra de su voluntad. Sostener-la, pues, requiere de constantes esfuerzos de consolidación, perpetuacion y adaptación (SCOTT, 2000: 71).

Grande parte das fontes documentais analisadas demonstra aspectos da relação impositiva de indivíduo dominante para indivíduo dominado, onde os discursos da catequese e da civilização (colocados como item de destaque na maior parte dos relatórios dos presidentes) eram aplicados para justificar os meios empreendidos na tentativa de controlar e manter os indígenas sob uma tutela auto-sustentável nos aldeamentos. Apesar deste aspecto, não consideramos os *Kaingang* como elementos passivos, dominados e reduzidos a uma condição social inativa, “(...) onde todo o peso do poder recaía sempre na sociedade brasileira, tornando-os meros apêndices sem vontade de uma sociedade vista como superpoderosa” (DAMATTA, 1987: 203). Destacamos esta relação, por percebermos que, predominantemente, os discursos sobre os indígenas no século XIX giravam em torno da selvageria e da barbárie. Isto se deve em grande parte à resistência imposta à expropriação territorial, entendida como o grande obstáculo aos objetivos modernizadores representados pela colonização européia. Era necessário apagar o passado selvagem e retrógrado que representa o índio, dando lugar ao progresso



que a empreitada colonial poderia proporcionar. Para que este processo fosse possível, o fim acabava justificando os meios.

Lembramos nesse momento, que a perspectiva etnocêntrica não foi prerrogativa apenas dos discursos das autoridades da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Na década de cinquenta do século XIX, Santa Catarina desenvolvia um projeto de imigração e colonização semelhante ao do Rio Grande do Sul, principalmente no Vale do Itajaí, território que, no momento da chegada dos imigrantes, servia de habitat para os índios *Botocudo (Xokleng)*. Luisa Wittmann, analisando as falas e relatórios dos presidentes desta província, destaca que, nos discursos oficiais:

A violência contra os índios estava na base do impulso do povoamento e do desenvolvimento da colonização, que serviria como forma de organização do espaço florestal e de controle dos seus habitantes. [...] A solução da questão indígena seria alcançada através da modernização. A transformação dos índios viria quando a selva se tornasse morada do moderno. A mata receberia estradas que, rasgando o verde permitiriam a subjugação dos “selvagens” (WITTMANN, 2005: 46).

Tanto nos discursos das autoridades da província de Santa Catarina, quanto nos da província do Rio Grande do Sul, as mensagens enfatizam quais os meios mais eficazes para agir com relação aos “bugres”. Em grande parte das correspondências e relatórios dos presidentes e outras autoridades, ficam claras as intenções de livrar a terra dos “males” da incivilidade dos indígenas. Contudo, nem todos os discursos são favoráveis às medidas extremas adotadas por agentes de repressão que se empenhavam perseguição e extermínio dos *Kaingang*¹². Aspectos sutis, tais como subjugar pela imposição cultural, extinguir seus recursos naturais, empregá-los em benefício da província (nos ervais, forças armadas, agricultura), desalojá-los das matas para a instrução moral e

¹² Entenda-se aqui a atitude dos subdelegados distritais, que organizavam as tropas de pedestres ou os bugreiros para perseguir os índios quando recebiam denúncias dos ataques às residências dos fazendeiros ou colonos.



religiosa nos aldeamentos, estão entre as alternativas, vistas por alguns governantes, como a melhor forma de atingir o sucesso e “(...) *converter em amigos, e membros úteis da sociedade os mais formidáveis inimigos de nossas populações centras*” (RELATÓRIO 01-10-1852: 15).

A fala acima mencionada, proferida por um Juiz de Direito¹³ que exerce a vice-presidência da província, apesar de considerar como inimigas as populações indígenas que ameaçam a segurança da população das colônias, pretende demonstrar que há possibilidades de integrar os mesmos à sociedade nacional, sem a necessidade de utilizar as tradicionais agressões e perseguições, que tornam improficuas as tentativas de transformar em cidadãos os “selvagens”. Pelo menos, parece ser esta a compreensão de Oliveira Bello, quando o mesmo afirma que:

O systema da força, e o da persuasão empregados separadamente para tirar das mattas os nossos indígenas, tem sido ambos improficuos. Até aqui nos temos limitado – 1º - a attrahir os Indios por meio de algumas roupas, e ferramentas distribuídas nas Aldeas de Nonohay, e Guarita, e a conserval-os ali pelos esforços dos Padres Jesuítas: de catechisação propriamente dita pouco se tem feito, sem dúvida porque aquelles Padres ignorão a língua, em que devirião dirigir aos Indios as palavras de conversão: - 2º - a bater os Indios, perseguil-os, e matal-os, quando elles tem feito alguma aggressão; e a collocar guardas por algum tempo nos lugares por onde elles tem aggreddido. Pela simples enunciação se vê que estes dous systemas são incompletos; e a experiênciã os tem condemnado. Os Indios recebem as roupas, e ferramentas e voltão as mattas; batidos, e perseguidos depois da aggressão, reapparecem mais hostis em outros lugares, não sendo possível collocar guardas em todos aquelles, por onde elles fazem os seus assaltos (RELATÓRIO 01-10-1852: 15).

¹³ Luiz Alves Leite de Oliveira Bello é nomeado juiz de direito da 1ª vara criminal de Porto Alegre em 1846, onde se aposentou em 1858, como [desembargador](#). Foi [presidente](#) da [província](#) do [Rio Grande do Sul](#) em duas ocasiões, de [15 de outubro](#) de [1851](#) a [2 de dezembro](#) de [1852](#) e de [1 de julho](#) a [17 de setembro](#) de [1855](#). Ver: FRANCO, op. cit. 2006.

Não nos enganemos, porém, com o aparente espírito altruísta de Oliveira Bello, pois no mesmo relatório, o mesmo sugere medidas que pouco diferem das que até então estavam sendo executadas pelas autoridades policiais da província. Em uma explanação contraditória ao discurso acima apresentado, Oliveira Bello dá a “receita” para solucionar o problema com os índios:

Se algumas partidas de homens armados percorrerem por alguns mezes as mattas, abrindo trilhos e desalojando os Indios, sem todavia fazer-lhes, senão o mal necessário para a defeza, e conduzirem para as Aldêas os que puderem aprehender, ou reduzir; e, por outro lado, se nas Aldêas forem os Indios muito bem tratados, e se lhes distribuirem roupas, ferramentas e alimentos, dando-se-lhes além disto a conveniente educação por meio de Padres, que á isso se dediquem com boa vontade e esmero; é provável, Srs. Que afugentados das visinhanças dos nossos povoados, urgidos pela falta da caça, da pesca e da fructa, de que ahi se alimentavão, e, ainda mais, receiosos de encontrar nossas partidas; e por outro lado attrahidos pelos bens de que gozão seos irmãos nas Aldêas, e de que elles também poderão gozar; nestas circunstancias digo, é provável que os Indios se decidão ou a deixarem a vida errante, e a virem habitar nossas Aldêas ou a internarem-se nas mattas para allém do Uruguay, e Paraná, deixando-nos livres das suas incursões. (Ibid. p. 16).

Os métodos sugeridos por Oliveira Bello, apesar de não atribuir violência física diretamente, previa a eliminação lenta e gradual da influência dos *Kaingang* que ainda permaneciam hostis à ideia de aldear-se. Far-se-ia todo o possível para que o mesmo fosse efetuado. Caso isso não ocorresse, a eliminação dar-se-ia pela expulsão do território, o que apenas remediava a situação.

Esta relação pode ser observada a partir da ótica da violência simbólica, uma vez que, entre seus principais objetivos, está o de minar as forças dos indígenas, impondo vigilância e controle dos



atos para que não se cometam delitos. De acordo com Pierre Bourdieu, a violência simbólica é uma forma de dominação sutil, na qual através de artifícios discursivos e sociais, impomos nosso modo de ver e agir. Essa relação opera de forma a eliminar as resistências ao fazer o outro aceitar naturalmente a imposição (BOURDIEU, 2005: 32).

Considerações finais

De maneira geral, devemos entender os discursos, enquanto um reflexo de uma sociedade e de um tempo histórico determinado. No caso aqui estudado, evidencia-se um discurso social colonialista, onde o diálogo é articulado a partir da voz do grupo social que, quando não ordena, se vincula à ideologia do período. Enquanto porta-vozes de um discurso social, os locutores produzem no interior dessa formação ideológica uma visão de mundo que opõe um “nós”, (os brancos) a um “eles”, (os índios). Os valores dos brancos carregados de positividade e o dos indígenas carregados de negatividade (BRANDÃO, 2000: 106).

É possível inferir que, essencialmente, foi este tipo de imaginário generalizante que tramitou em grande parte das correspondências e relatórios sobre os *Kaingang*. Noções como a de índios ferozes, incivilizáveis e inúteis, contrastam com a dos imigrantes, entendidos enquanto pacíficos e trabalhadores. Neste sentido, um dos pontos fundamentais da análise de discurso, diz respeito à noção de ideologia. A ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para constituição dos sujeitos e dos sentidos (ORLANDI, op. cit. 1999: 124).

De acordo com nossas análises, podemos concluir que a política de ocupação do território agiu sempre em favor da manutenção e perpetuação dos interesses econômico-fundiários das elites imperiais, seja em âmbito nacional quanto regional. As classes hegemônicas eram favorecidas pela política oficial vigente, a qual preconizava que a presença indígena não se constituía em ocupação efetiva dos territórios. Dessa forma, a política de colonização se sobrepôs aos interesses dos povos indígenas e dos demais grupos subalternos.



Por outro lado, considerando em conjunto os discursos das autoridades provinciais, percebemos que a integração das populações indígenas à sociedade nacional, sempre esteve aquém de suas expectativas e, muitas vezes, completamente fora do controle. Ao mesmo tempo em que não conseguiam emplacar medidas para atrair os indígenas resistentes para os aldeamentos, não conseguiam controlar a situação dentro dos mesmos. Sob vários aspectos, os documentos apontam as contínuas maneiras com que os *Kaingang* desafiavam o poder governamental.

Referências bibliográficas e documentais:

Fontes documentais

OFÍCIO 19-05-1848. Ofício do Sub-delegado de Polícia de Passo Fundo Joaquim Fagundes dos Reis para o Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves. Passo Fundo, 1848. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 21/12/1849. Ofício do Diretor Geral J.J. Andrade Neves ao presidente da província Francisco Soares D'Andrea. Rio Pardo, 1849. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 16-03-1850. Ofício do Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves ao presidente da província José Antonio Pimenta Bueno. Rio Pardo, 1850.

OFÍCIO 28/09/1850. Ofício do Diretor do aldeamento da Guarita J. J. Oliveira ao Diretor Geral dos índios J. J. A. Neves. Guarita, 1850. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 07/12/1850. Ofício do Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves ao presidente da província Pedro Ferreira d'Oliveira. Porto Alegre, 1850. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 26-02-1851 – Ofício do Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves ao Presidente da Província Pedro Ferreira de Oliveira. Rio Pardo, 1851. AHRS. Maço 3.



OFÍCIO 11/03/1851. **Ofício do Diretor do aldeamento da Guarita J. J. Oliveira ao Diretor Geral dos índios J. J. A. Neves.** Guarita, 1851. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 19-03-1853. **Ofício do presidente da província João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu à Filipe José de Sousa.** Porto Alegre, 1853. AHRS. Maço 3.

OFÍCIO 31-12-1854. **Ofício do Diretor de Nonoai ao Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves.** Passo Fundo, 1854. AHRS. Maço 3.

RELATÓRIO 30-06-1851. **Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Pedro Ferreira de Oliveira, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1851.

RELATÓRIO 02-10-1851. **Relatório do vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Patricio Corrêa da Camara, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1851.

RELATÓRIO 29-12-1851 – **Relatório do Diretor Geral dos Índios da Província ao Ministro do Império.** Rio Pardo, 1851. AHRS. Arquivo Índios. Maço 2.

RELATÓRIO 01-10-1852. **Relatório do Vice-Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1852.

RELATÓRIO 2-10-1854. **Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1854.

Fontes bibliográficas:

BARROS, J. D. História Política, Discurso e Imaginário: Aspectos de uma interface. *SAECULUM – Revista de História* [12] João Pessoa, Jan./Jun. 2005. Disponível em: www.cchla.ufpb.br/saeculum12.a. Acesso em 12/03/2009.



BECKER, Ítala Irene B. **O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul.** *Pesquisas.* São Leopoldo: Anchieta, 1976.

BRANDÃO, Helena H. N. Catequese no discurso jesuítico. In: BARROS, Diana L. P. *Os Discursos do Descobrimento: 500 e mais anos de discursos.* São Paulo: Edusp; FAPESP, 2000.

COLLEVATTI, Jayne. Do trabalho missionário para se salvar uma nação: um estudo dos sucessos missionários. *Revista eletrônica Religião e Sociedade.* vol. 29, n.1, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872009000100010&script=sci_arttext Acesso em: 24/09/2009.

CUNHA, Manuela C. da. Política Indigenista no Século XIX. In: *História dos Índios no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1987.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Guia Histórico de Porto Alegre.** 4a edição, Porto Alegre: Editora da Universidade [UFRGS](http://www.ufrgs.br), 2006.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul: Século XIX.** Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.

ORLANDI, Eni. **Terra a vista - Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo.** São Paulo: Cortez/Campinas: Edunicamp, 1990.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 1999.

SCOTT, James. **Los dominados y el Arte de la Resistencia: Discursos Ocultos.** Mexico: Edições Era, 2000.

WITTMANN, Luisa Tombini. **Atos do Contato: histórias do povo indígena Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926).** Dissertação (Mestrado em História). Campinas: PPGAS/Unicamp. 2005.